

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:

entre o acesso ampliado e os limites da democratização

Marcos Adriano Barbosa de Novaes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

<https://orcid.org/0000-0002-5003-5418>

Luís Carlos Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

<https://orcid.org/0000-0003-2695-6206>

Resumo

O dossiê “Políticas Educacionais de Expansão e Interiorização da Educação Superior” reúne estudos que analisam criticamente os processos de ampliação e interiorização do ensino superior no Brasil, considerando suas implicações para o acesso, a permanência e a qualidade da formação. Ancorado em diferentes abordagens teóricas e metodológicas, o conjunto de artigos problematiza os avanços e as contradições das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas, especialmente no contexto das transformações do papel do Estado, da expansão do setor privado e da influência de diretrizes neoliberais. Os trabalhos contemplam múltiplos contextos institucionais - universidades públicas e privadas, institutos federais e centros universitários - e evidenciam as especificidades territoriais e socioculturais que atravessam o processo de interiorização. Organizado em cinco eixos temáticos, o dossiê aborda as dinâmicas de expansão, a economia política da educação superior, as políticas de inclusão e ações afirmativas, os desafios da permanência estudantil e as inovações nas modalidades de ensino. Em conjunto, os textos apontam que a democratização da educação superior não pode ser reduzida à ampliação do acesso, exigindo a articulação entre financiamento público, equidade e compromisso social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Política Educacional. Expansão. Interiorização. Democratização.

Expansion and Interiorization of Higher Education in Brazil: Between Expanded Access and the Limits of Democratization

Abstract

The dossier "Educational Policies for the Expansion and Interiorization of Higher Education" brings together studies that critically analyze the processes of expansion and interiorization of higher education in Brazil, considering their implications for access, retention, and quality of education. Based on different theoretical and methodological approaches, the collection of articles examines the advances and contradictions of educational policies implemented in recent decades, especially in the context of the transformations in the role of the State, the expansion of the private sector, and the influence of neoliberal guidelines. The works cover multiple institutional contexts - public and private universities, federal institutes, and university centers - and highlight the territorial and sociocultural specificities that intersect the interiorization process. Organized into five thematic axes, the dossier addresses the dynamics of expansion, the political economy of higher education, and inclusion policies and affirmative actions, the challenges of student retention, and innovations in teaching methods. Together, the texts indicate that the democratization of higher education cannot be reduced to an expansion of access, requiring the coordination of public funding, equity, and social commitment.

KEYWORDS: Higher Education. Educational Policy. Expansion. Interiorization. Democratization.

Expansión e Interiorización de la Educación Superior en Brasil: Entre el Acceso Ampliado y los Límites de la Democratización

Resumen

El dossier “Políticas Educativas de Expansión e Interiorización de la Educación Superior” reúne estudios que analizan críticamente los procesos de ampliación e interiorización de la educación superior en Brasil, considerando sus implicaciones para el acceso, la permanencia y la calidad de la formación. Anclado en diferentes enfoques teóricos y metodológicos, el conjunto de artículos problematiza los avances y las contradicciones de las políticas educativas implementadas en las últimas décadas, especialmente en el contexto de las transformaciones del papel del Estado, de la expansión del sector privado y de la influencia de directrices neoliberales. Los trabajos contemplan múltiples contextos institucionales - universidades públicas y privadas, institutos federales y centros universitarios - y evidencian las especificidades territoriales y socioculturales que atraviesan el proceso de interiorización. Organizado en cinco ejes temáticos, el dossier aborda las dinámicas de expansión, la economía política de la educación superior, las políticas de inclusión y acciones afirmativas, los desafíos de la permanencia estudiantil y las innovaciones en las modalidades de enseñanza. En conjunto, los textos señalan que la democratización de la educación superior no puede reducirse a la ampliación del acceso, exigiendo la articulación entre financiación pública, equidad y compromiso social.

PALABRAS CLAVE: Educación Superior. Política Educativa. Expansión. Interiorización. Democratización.

Introdução

A democratização do ensino superior no Brasil tem sido marcada por políticas públicas voltadas tanto à expansão quanto à interiorização das instituições de ensino, com o objetivo de promover maior inclusão e equidade no acesso à educação superior. Desde a criação de universidades federais no interior do país até a implementação de programas de incentivo à formação docente e à ampliação da oferta de ensino a distância, diversas iniciativas vêm configurando de forma significativa o cenário educacional brasileiro.

Diante disso, é preciso refletir sobre os impactos das políticas de expansão da educação superior em nosso país e suas contribuições para o desenvolvimento social e regional recorrendo às determinações históricas que orientam a intervenção e/ou omissão do Estado na educação.

O dossiê intitulado “**Políticas Educativas de Expansão e Interiorização da Educação Superior**” buscou reunir pesquisas que analisassem criticamente os impactos dessas políticas, considerando suas implicações para a qualidade da educação, a permanência estudiantil e a diversificação do ensino superior. Nesse sentido, os textos que compõem este trabalho apresentam abordagens que dialogam com diferentes contextos institucionais e regionais.

Ao propor este dossiê, pretendemos contribuir para o fortalecimento do campo de estudos sobre políticas educacionais, ampliando a reflexão sobre o papel social da universidade e sua função na promoção da justiça social, da equidade e da transformação coletiva. Dessa forma, esperamos que os trabalhos aqui reunidos contribuam para aprofundar o debate acadêmico e subsidiar formulações políticas mais consistentes, capazes de responder às demandas emergentes da educação superior brasileira.

Nesse sentido, temos visto que a educação superior tem passado, nas últimas décadas, por importantes transformações impulsionadas por políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, à democratização das oportunidades educacionais e à redução das desigualdades regionais historicamente consolidadas no país. Apesar de avanços de ações governamentais de acesso à educação superior, tais iniciativas necessitam de reflexões críticas que contribuam para a (re)formulações de políticas educacionais mais eficazes e que possibilitem a democratização do acesso, da permanência e, sobretudo, da conclusão neste nível de ensino.

Avanços e recuos da educação superior brasileira

O avanço do neoliberalismo entre as décadas de 1980 e 1990 resultou na redefinição do papel do Estado e das políticas públicas educacionais. Nesse contexto, o Consenso de Washington¹ consolidou um conjunto de diretrizes pautadas na redução da intervenção estatal, na privatização de serviços públicos, na descentralização administrativa e na valorização da lógica de mercado como princípio organizador das políticas sociais. A educação, por sua vez, passou a ser concebida não apenas como direito social mas também como instrumento estratégico para a formação de capital humano² e para a inserção competitiva no mercado global.

¹ Conforme Novaes (2025) o Consenso de Washington foi um evento realizado em novembro de 1989 pelo o *Institute for International Economics*, na ocasião estiveram presentes o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Além dos Estados Unidos e países da América Latina participaram do evento. Em síntese, no referido consenso foram formuladas decisões econômicas alinhadas ao neoliberalismo e disseminadas pelo mundo, dentre elas: ajuste fiscal, privatizações, abertura econômica e redução dos investimentos públicos. Essas medidas influenciaram fortemente países como o Brasil.

² A Teoria do Capital Humano tem como principal representante Theodore Schultz e Gary Becker entendem que assim o investimento em educação é fator crucial para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o investimento em educação possibilitará o aumento da produtividade, qualificação profissional sob o discurso de que através dos estudos seriam maiores as chances de o indivíduo ocuparem melhores empregos e salários. Em suma, essa teoria influenciou a elaboração de políticas

Nessa perspectiva, o Banco Mundial assumiu papel central na formulação e no direcionamento das reformas educacionais nos países periféricos, especialmente na América Latina. Por meio de financiamentos, recomendações técnicas e condicionantes econômicas, o banco passou a influenciar a estruturação de sistemas educacionais, defendendo políticas voltadas para a eficiência, avaliação por resultados, ampliação do ensino básico e racionalização dos investimentos públicos. Assim, compreender essas articulações permite analisar de forma crítica como as reformas educacionais contemporâneas foram profundamente marcadas por interesses econômicos globais, impactando diretamente os processos de democratização e expansão do ensino superior.

Orientado pelas determinações oriundas do Consenso de Washington, no Brasil, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi elaborado o documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, em que foram definidos os objetivos e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira sob o pseudodiscurso que naquele momento o país vivenciava uma crise³ brasileira e uma crise do Estado, esta última, seria resultado da amplitude das áreas de atuação do poder público.

Assim, buscou-se redesenhar as responsabilidades do Estado e a facilitar a presença das empresas privadas na prestação de serviços. Desse modo, a atuação do poder público ficou dividida entre atividades exclusivas e serviços não exclusivos, esta última, “[...] corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado [...]” (Brasil, 1995, p. 41). Como resultado, diversas instituições ficaram no campo da não-responsabilidade estatal, como no caso das universidades seguindo as orientações do documento “*La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia*”⁴ (1995).

públicas vislumbrando no ambiente escolar espaço importante para à preparação para o mercado de trabalho. No entanto, essa teoria também recebe críticas por reduzir a educação a uma função econômica, deixando em segundo plano sua dimensão social, cultural e emancipadora.

³ Na década de 1990, a crise brasileira e crise do Estado se manifestou alicerçada em três dimensões: uma crise fiscal, ou seja, esgotamento da capacidade de investimento e endividamento, o colapso do modelo de substituição de importações e a falência da administração pública burocrática. Ver mais em: Bresser (1995).

⁴ Além disso, o Banco Mundial também elaborou o documento “*La educación en los países en desarrollo: peligros y promesas*” (2000), ambos os documentos propõem diretrizes que colocam serviços educacionais à disposição do mercado como atividades lucrativas, consolidando a influência neoliberal no setor educacional. (consultar: Banco Mundial 1995; 2000a).

Somado a isso, o governo brasileiro, orientou o ingresso na educação superior pelo programa Crédito Educativo – CREDUC oferecido em estabelecimentos privados criado em 1975 e implantado em 1976 no governo Ernesto Geise, no período da Ditadura Militar. O contexto econômico do exercício do programa possuía correção monetária defasada e como resultado, o financiamento realizado pelos estudantes foi corrigido com taxas muito inferiores à inflação da época, gerando prejuízo de centenas de milhões ao longo de seus 24 anos de vigência (1975-1999).

O CREDUC continuou até o governo FHC que, no intuito de modernizar o financiamento estudantil, criou o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, um programa do Governo Federal, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), objetivando financiar cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda.

Diante desse cenário, o FIES evidencia uma contradição importante no processo de democratização da educação superior no Brasil, pois, embora tenha sido criado com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado, o aumento da inadimplência e a queda no interesse pelo programa revelam limites estruturais dessa política. Vale destacar que isso indica que o acesso, por si só, não garante a democratização efetiva da educação superior se não estiver acompanhada de condições de permanência, qualidade de ensino e inserção profissional após a formação para que o estudante tenha condição de quitar o financiamento.

Após o governo de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República (2003-2010), período marcado pela implementação de diversas políticas de ampliação do acesso à educação superior. Entre elas, destaca-se o Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2004 e instituído oficialmente pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O programa concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, sendo voltado para estudantes de baixa renda.

No que se refere ao Programa Universidade para Todos (ProUni), a transferência de recursos públicos ocorre de maneira indireta, uma vez que as instituições privadas de ensino superior que aderem ao programa recebem isenção total de diversos tributos. Entre os impostos que deixam de ser recolhidos, destacam-se a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para o

Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Dessa forma, os benefícios fiscais concedidos a essas empresas representam uma forma indireta de financiamento estatal ao setor privado da educação superior.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 foi criado o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – REUNI com o objetivo de promover a expansão física e o aumento de vagas nas universidades federais com a criação de novos campi e cursos. Ainda no governo Lula, houve a continuidade do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES criado por FHC. De acordo com Novaes (2017) as “[...] principais críticas feitas ao REUNI estão nas ousadas metas do plano, ao prever a elevação gradual da taxa de conclusão em relação aos ingressantes em cursos presenciais, uma vez que nos países da OCDE essa taxa alcança 70% [...]”.

No governo seguinte, sob a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016), foi instituída a Lei nº 12.711/2012, que determinou que as universidades e os Institutos Federais – IFs reservassem no mínimo 50% das vagas para estudantes oriundos das escolas públicas, com recorte racial para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, levando em consideração também os critérios de renda.

Com o golpe parlamentar que culminou no impeachment da então presidenta, Michel Temer (2016-2018) que assumiu a presidência e reformulou o FIES em 2017 por meio da Lei nº 13.530/2017. O “Novo FIES” surgiu objetivando manter a sustentabilidade financeira e diminuir as taxas de inadimplência dos estudantes, dentre outras mudanças possibilitou faixas de financiamento com juros zero para estudantes de baixa renda e sustentabilidade financeira. Além disso, Temer implementou o Decreto 9.057/2017 que regulamentou o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a principal crítica realizada neste decreto foi a flexibilização das regras para a criação de polos EaD. Ele permitiu que instituições de ensino superior credenciadas para EaD abrissem polos de apoio presencial sem necessidade de autorização prévia do MEC

A benevolência de Temer foi ainda maior com a educação a distância ao fixar no art. 12 do referido decreto que instituições não credenciadas para a oferta desta modalidade são automaticamente credenciadas por um período de cinco anos contabilizado a partir do primeiro curso oferta EaD, a única obrigação é que a oferta

esteja prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. Ao facilitar a oferta de cursos EaD o governo deixou evidente a intenção de não apenas expandir esta modalidade, mas também fomentar a privatização de vagas em instituições privadas, estabelecimentos que concentram maior número de matrículas nesta modalidade.

No entanto, em 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 - conhecida como Teto de Gastos -, os investimentos em despesas primárias da União passaram a ser congelados e limitados por um período de 20 anos. Essa medida impactou de forma significativa, sobretudo, as áreas da saúde e da educação, comprometendo o funcionamento das universidades federais e das agências de fomento à pesquisa. Conforme destacam Dutra et al. (2020), a imposição de limites aos investimentos nas universidades federais implica não apenas a restrição do acesso, mas também da permanência estudantil, além de agravar as condições de trabalho dos servidores da educação e fragilizar a infraestrutura dessas instituições.

No governo seguinte, de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), a educação superior brasileira atravessou um período de intensas incertezas. Logo no primeiro ano de gestão, foi editado o Decreto nº 9.741, que anunciou o bloqueio de 30% do orçamento destinado ao custeio e aos investimentos das instituições federais de ensino superior. Embora esses cortes não tenham sido integralmente efetivados - em grande medida devido às mobilizações da comunidade universitária -, o ambiente político-institucional foi marcado por instabilidade.

A recorrente deslegitimação pública das universidades, amplificada no discurso governamental, contribuiu para a disseminação de um clima de insegurança, no qual persistia o receio de novos contingenciamentos. Como consequência, diversas atividades acadêmicas foram impactadas, com adiamentos ou suspensão de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão diante da incerteza quanto à disponibilidade futura de recursos. Mesmo assim, as políticas mercantis como FIES, PROUNI e EaD foram mantidas em benefício das instituições privadas, porém, prejudicando cada vez mais as universidades públicas existentes e aquelas criadas pelo REUNI, restringindo os investimentos.

A criação de universidades federais, Institutos Federais e novos campi em regiões antes desprovidas de oferta educacional, representou um marco significativo no enfrentamento das assimetrias históricas entre os grandes centros urbanos e o interior do Brasil. Paralelamente, programas de incentivo à formação docente,

políticas de assistência estudantil e a ampliação da educação a distância contribuíram para a reconfiguração do cenário educacional com novas possibilidades de acesso e permanência de estudantes oriundos de grupos socialmente vulnerabilizados. Contudo, a expansão quantitativa do ensino superior não garante, por si só, a democratização da educação.

No retorno do governo Lula, vitorioso nas urnas (2023-2026) persistem os desafios relacionados à qualidade da formação ofertada, à infraestrutura institucional, à valorização docente, à permanência estudantil e à consolidação de políticas públicas sustentáveis que assegurem o funcionamento e a relevância social dessas instituições.

Desafios de expansão e interiorização da educação superior no Brasil

Esse dossiê temático reúne produções acadêmicas que investigam, analisam e problematizam os impactos das políticas de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, a partir de diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e recortes regionais. Nesse contexto, busca-se fomentar o debate qualificado sobre os avanços alcançados e os desafios ainda persistentes na construção de uma universidade pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Foram privilegiadas contribuições que dialogam com múltiplos contextos institucionais - universidades públicas e privadas, institutos federais e centros universitários -, bem como estudos que evidenciam as especificidades territoriais e socioculturais que atravessam o processo de interiorização. Essa pluralidade de perspectivas mostra-se fundamental para compreender como tais políticas se materializam na prática e quais repercussões produzem, nos planos social e econômico, nas diferentes regiões brasileiras.

Como vimos, a expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil têm se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais eixos estruturantes das políticas educacionais, especialmente no contexto de ampliação do acesso e de enfrentamento das desigualdades históricas que marcam a formação social do país. Impulsionado por programas governamentais, pela criação de novas instituições e pela diversificação das modalidades de oferta, esse processo tem produzido transformações significativas na configuração do sistema de educação superior. No

entanto, tais mudanças não se dão de forma linear ou homogênea, sendo atravessadas por contradições que envolvem disputas em torno do papel do Estado, da atuação do mercado e da própria função social da universidade. É nesse cenário que o presente dossiê se insere, reunindo um conjunto de estudos que, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, analisam criticamente os sentidos, os alcances e os limites da expansão do ensino superior brasileiro.

Dessa forma, o dossiê foi organizado em cinco eixos temáticos.

O primeiro eixo temático, intitulado **Expansão e interiorização do ensino superior: dinâmicas, modelos e territorialidades**, congrega trabalhos que investigam os processos de distribuição espacial da oferta e suas implicações para o desenvolvimento regional e a democratização do acesso. Os artigos “*Interiorização e redes territoriais do ensino superior público no Rio Grande do Norte*”, “*Interiorização da educação superior no estado do Paraná: 35 anos da Unicentro*”, “*Expansão e interiorização do Ensino Superior: entre a democratização e a mercantilização*” e “*Institutos Federais na expansão da educação superior: entre a democratização e seus desafios*” evidenciam que a interiorização constitui um movimento complexo, que extrapola a simples instalação de campi no interior, configurando-se como uma rede de relações que envolve mobilidade estudantil, articulação regional e diferentes modelos institucionais. Ao enfatizar a dimensão territorial, esses estudos contribuem para compreender como a presença da educação superior em novos espaços redefine dinâmicas sociais, econômicas e educacionais.

No segundo eixo temático, **Políticas educacionais, economia política e mercantilização do ensino superior**, os artigos “*Expansão e interiorização do ensino superior privado no Brasil e a concentração dispersa do capital*”, “*Institutos Federais: uma face da diversificação na expansão da educação superior pública*”, “*Entre a democratização formal e a mercantilização: a expansão do ensino superior no Brasil à luz do PNE*”, “*Novas políticas de expansão da educação superior estatal brasileira em tempos de capitalismo acadêmico*”, “*Crescimento da Educação Superior Privada em Serviço Social: implicações no CRESS Pará*” e “*A expansão das universidades estaduais cearenses: a precarização como modus operandi*” problematizam as bases estruturais que sustentam a expansão recente. As análises convergem ao evidenciar que, embora frequentemente justificada pelo discurso da democratização, a ampliação do sistema tem sido fortemente mediada pela lógica de mercado, pelo

avanço do setor privado e por processos de subfinanciamento das instituições públicas. Nesse sentido, os textos tensionam a relação entre educação como direito social e sua progressiva mercantilização, apontando para a centralidade da economia política na compreensão das políticas educacionais contemporâneas.

O terceiro eixo temático, **Democratização do acesso, inclusão social e ações afirmativas**, reúne os artigos “*Ingressantes e concluintes negras e negros na graduação: antes e depois da implementação da política de cotas no Brasil*”, “*Entre o acesso e a permanência: análise dos editais de Assistência Estudantil da UNIPAMPA*”, “*O acesso ao ensino superior para pessoas privadas de liberdade: entre o direito e a possibilidade*” e “*Extensão universitária e acesso ao ensino superior: o Cursinho Popular Helley Batista*”. Esses estudos colocam em evidência o ensino superior como espaço de disputa por direitos, destacando o papel das políticas de ação afirmativa, das iniciativas extensionistas e das estratégias de inclusão voltadas a públicos historicamente excluídos. Ao mesmo tempo em que reconhecem os avanços proporcionados por tais políticas, os artigos também evidenciam os desafios ainda existentes, especialmente no que se refere à permanência e à conclusão dos cursos, reafirmando a necessidade de ações integradas que garantam não apenas o acesso, mas também condições efetivas de trajetória acadêmica.

No quarto eixo temático, **Permanência estudantil, desigualdades e limites da democratização**, o artigo “*Expandir sem sustentar? Interiorização do ensino superior e permanência estudantil no neoliberalismo*”, “*PROUNI (2014-2024): um estudo por meio do ciclo de políticas e análise de conteúdo*” assim como o texto “*Ensino superior para além dos grandes centros: licenciatura semipresencial em uma instituição comunitária*” e “*Internacionalização em casa e a expansão qualitativa do ensino superior interiorizado*”, aprofundam a análise das contradições que atravessam o processo de expansão. As reflexões apontam que a democratização do ensino superior não pode ser reduzidas à ampliação de vagas, uma vez que a ausência de políticas robustas de assistência estudantil compromete a permanência e a conclusão, sobretudo entre estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a permanência emerge como dimensão central para a efetivação do direito à educação, exigindo a articulação entre financiamento público, políticas institucionais e reconhecimento das desigualdades sociais, raciais e territoriais. Ao mesmo tempo em que evidenciam o potencial dessas iniciativas para reduzir barreiras geográficas e

ampliar oportunidades formativas, os estudos também apontam para a necessidade de uma análise crítica sobre seus impactos, especialmente no que se refere à qualidade, à equidade e à regulação.

Em conjunto, os textos que compõem este dossiê permitem afirmar que a expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil se configuram como processos profundamente ambíguos. Se, por um lado, representam avanços significativos na ampliação do acesso e na inclusão de novos sujeitos no espaço universitário, por outro, permanecem condicionados por desigualdades estruturais, limitações de financiamento e pela crescente influência da lógica de mercado. Desse modo, a democratização do ensino superior não pode ser compreendida apenas em termos quantitativos, mas exige uma abordagem que considere, de forma articulada, acesso, permanência, qualidade e função social da educação. Espera-se que este dossiê contribua para o aprofundamento desse debate, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a construção de políticas educacionais mais justas, inclusivas e socialmente referenciadas.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Educación superior en los países en desarrollo: peligro y promesas*. Washington DC.: Grupo de Trabajo conjunto Banco Mundial-UNESCO sobre educación superior y sociedad, 2000a. Disponível em: <https://encurtador.com.br/WObLh> . Acesso em: 12 dez. 2024.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: la lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, Estados Unidos, 1995. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xV2Im> Acesso em: 10 dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 1998; e MARE/PR. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

DUTRA, N. L. L.; BRISOLLA, L. S. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional nº 95/2016: o caso dos institutos federais. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 10, n. 7, 2020.

NOVAES. M. A. B. de. *Financiamento público para o Ensino Superior privado no Brasil: uma análise crítica do FIES e PROUNI*. 2017. 140f. (Mestrado em Educação

V. 10, N.24, 2026

DOI: [10.29327/268346.10.24-1](https://doi.org/10.29327/268346.10.24-1)

e Ensino) – Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE), Limoeiro do Norte, 2017.

NOVAES, M. A. B. de; VIEIRA, R. V. de.; GONÇALVES, R. M. de P. As isenções fiscais do Prouni: chamariz para o setor privado da educação superior no Brasil. *Revista Cocar*, v. 17, n. 35, 2022.

NOVAES, M. A. B de. *Cursos livres de extensão ou graduação? a irregularidade/ilegalidade da oferta da Educação Superior e seus rebatimentos na expansão mercantil da educação superior na região sertão SOBRAL- CE. 2025.* 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2025.